



**DELIBERAÇÃO CBH MU1 nº 06/2021, de 02 de Dezembro de 2021**

***Aprova o Plano de Capacitação no período de 2021 a 2024 em atendimento ao Procomitês.***

O COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO RIO MUCURI, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999;

CONSIDERANDO que o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri (CBH MU1) aderiu ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – Procomitês;

CONSIDERANDO as metas pactuadas e acordadas no Programa Procomitês;

**DELIBERA:**

**Art. 1º** Fica aprovado o Plano de Capacitação (anexo I) em atendimento ao Procomitês;

**Art.2º** Essa deliberação entra em vigor a partir da data da sua aprovação.

**Janaína Mendonça Pereira**  
**Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri**

## **PROPOSTA MODELO**

# **PLANO DE CAPACITAÇÃO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIRO DO RIO MUCURI – MU1**

**Procomitês – Meta II.2**

**2021 – 2024**

## 1. CARACTERIZAÇÃO DA BACIA E ORGANIZAÇÃO DO COMITÊ

A bacia hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri (MU1), localizada no Estado de Minas Gerais, inserida na região hidrográfica da bacia do Mucuri, ocupa uma área de 14.569, 16 km<sup>2</sup>. São 16 (12 municípios com sede na bacia) e população estimada em 324.562 mil habitantes.

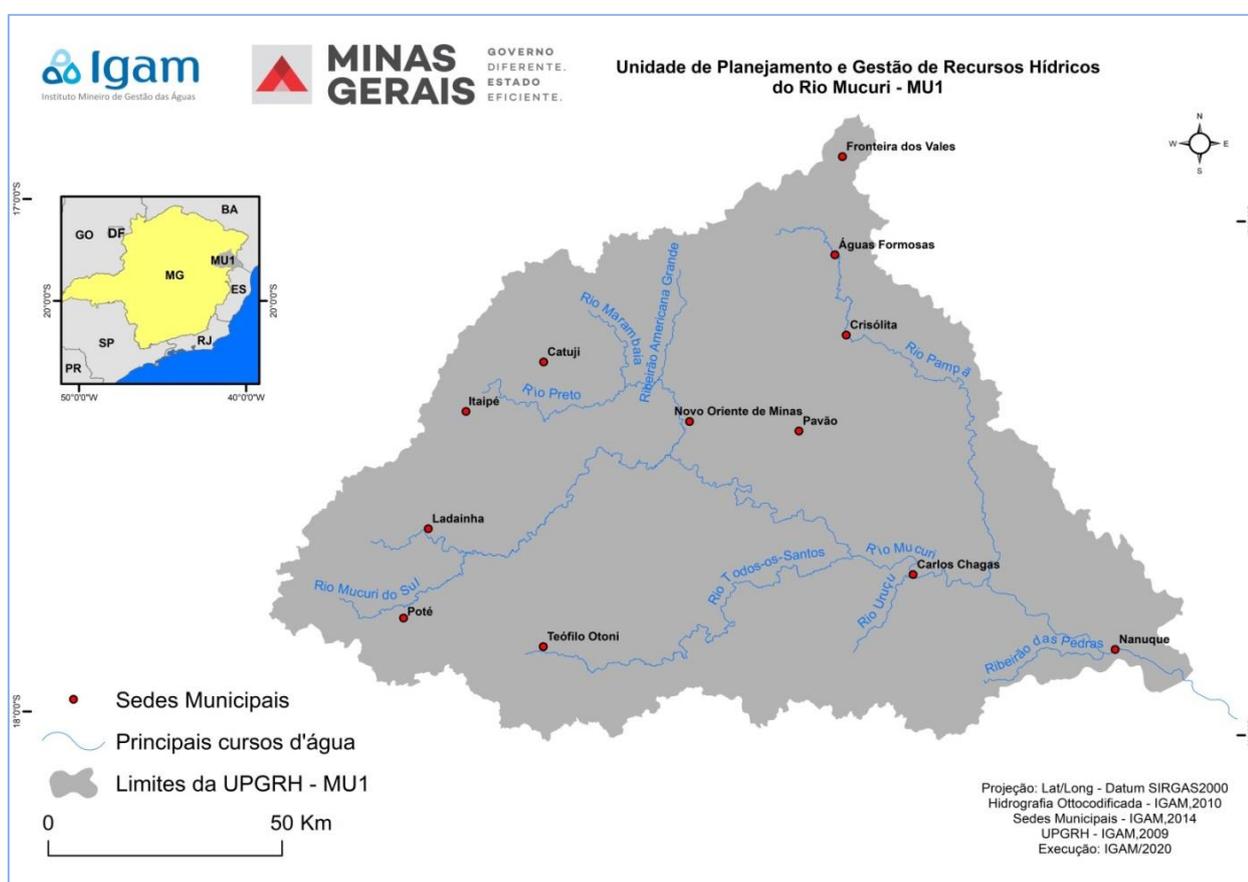


Figura 1. Mapa Bacia do Rio Mucuri

O Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri foi criado pelo Decreto nº 44.865 de 01/08/2008, com nova redação dada pelo Decreto nº 45.202 de 23/10/2009 e possui 32 conselheiros, dentre titulares e suplentes, com duração de mandato de 4 anos. A estrutura do

Comitê é composta pela Plenária, Diretoria (Presidente, Vice Presidente, Secretário e Secretário Adjunto) e Câmaras Técnicas.

São competências do colegiado:

I – promover o debate das questões relacionadas com recursos hídricos e articular a atuação de órgãos e entidades intervenientes;

II – arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados com os recursos hídricos;

III – aprovar o respectivo Plano Diretor de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica com os planos de investimentos correspondentes, para integrar orçamentariamente o Plano Estadual de Recursos Hídricos e suas atualizações;

IV – aprovar planos de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos, inclusive destacando os financiamentos de investimentos a fundo perdido;

V – aprovar a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos para empreendimentos de grande porte e com potencial poluidor, conforme DN CERH nº 31, de 26 de agosto de 2009, ou outra norma que venha substituí-la;

VI – estabelecer critérios e normas e aprovar os valores propostos para cobrança pelo uso de recursos hídricos;

VII – definir, de acordo com critérios e normas estabelecidos, o rateio de custos das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo, relacionados com recursos hídricos;

VIII – aprovar o Plano Emergencial de Controle de Quantidade e Qualidade de Recursos Hídricos proposto por agência de bacia hidrográfica ou entidade a ela equiparada, em sua área de atuação;

IX – deliberar sobre proposta para o enquadramento dos corpos de água em classes de usos preponderantes, com o apoio de audiências públicas, assegurando o uso prioritário para o abastecimento público;

X – deliberar sobre contratação de obra e serviço em prol da bacia hidrográfica, a ser celebrada diretamente pela respectiva agência ou por entidade a ela equiparada nos termos da Lei Estadual nº 13.199/99, observada a legislação licitatória aplicável;

XI – acompanhar a execução das Políticas Estadual e Nacional de Recursos Hídricos na sua área de atuação, formulando sugestões e oferecendo subsídios aos órgãos e às entidades participantes dos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

XII – aprovar o orçamento anual da agência de bacia hidrográfica ou entidade a ela equiparada na sua área de atuação, com observância da legislação e das normas aplicáveis e em vigor;

XIII – aprovar o regime contábil da agência de bacia hidrográfica ou entidade a ela equiparada e seu respectivo plano de contas, observando a legislação e as normas aplicáveis;

XIV – aprovar o seu regimento interno e modificações, devendo ser precedido de parecer jurídico do IGAM;

XV – aprovar a celebração de convênios ou instrumentos congêneres com órgãos, entidades e instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, de interesse da bacia hidrográfica;

XVI – aprovar programas de capacitação de recursos humanos para o planejamento e gerenciamento de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica;

XVII – aprovar a formação de consórcios intermunicipais e de associações regionais, locais e multissetoriais de usuários na área de atuação da bacia, bem como estimular ações e atividades de instituições de ensino e pesquisa e de organizações não governamentais, que atuem em defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos na bacia;

XVIII – exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, compatíveis com a gestão integrada de recursos hídricos.

## **2. OBJETIVO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO**

Fortalecer o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri (MU1) por meio da promoção e execução de ações de capacitações para os conselheiros e atores sociais estratégicos na bacia, em temas relacionadas à política e gestão de recursos hídricos.

## **3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Promover o fortalecimento do Comitê, com acesso aos conhecimentos necessários à participação e atuação dos conselheiros nas plenárias e nas discussões envolvidas na gestão de recursos hídricos;
- Promover a formação e o desenvolvimento permanente, de maneira estratégica correlacionando aos desafios da gestão de recursos hídricos;
- Aprimorar e nivelar os conhecimentos sobre recursos hídricos e sua política entre os representantes de membros do Comitê, elevando o nível das discussões e decisões;
- Aumentar a motivação dos conselheiros por meio da qualificação para o exercício de suas funções.

## **4. PÚBLICO ALVO**

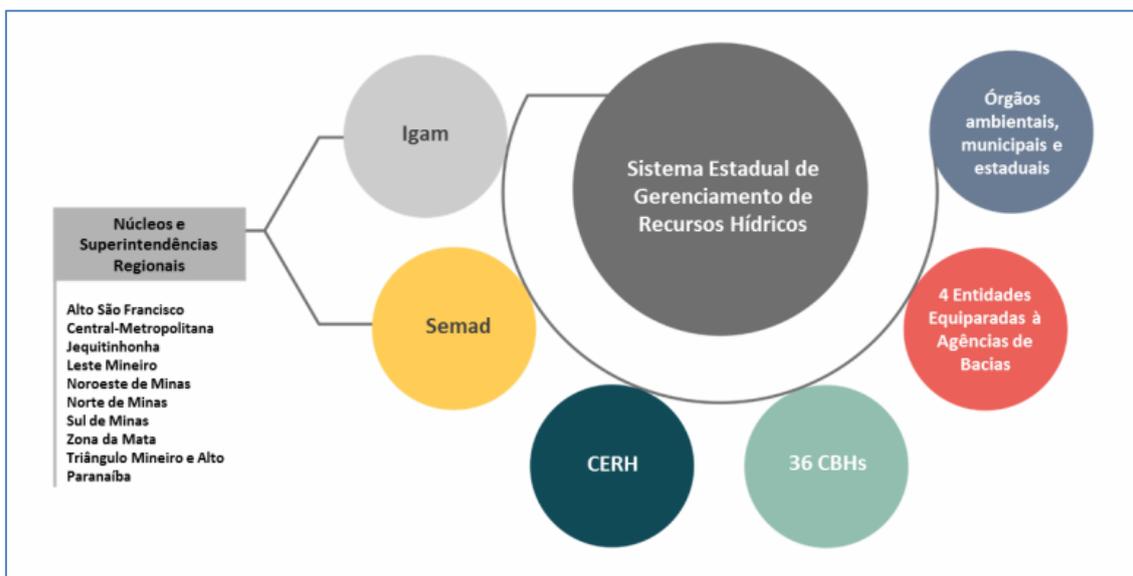
Membros e conselheiros da plenária, câmaras técnicas e grupos de trabalhos do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri e atores estratégicos relacionados aos recursos hídricos que atuam na bacia.

## **5. JUSTIFICATIVA**

As Leis 9.433/99 e 13.199/99 instituíram respectivamente as Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e criaram os Sistemas de

Gerenciamento de Recursos Hídricos, no caso do Estado de Minas Gerais, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH), no qual entre os seus componentes, o Comitê de Bacia Hidrográfica.

Figura 1 – Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH).



Fonte: IGAM, 2019.

Com a implantação da Política de Recursos Hídricos, evidenciou a necessidade de aperfeiçoamento contínuo, especialmente, os atores que atuam no SEGRH quanto a conceitos, metodologias, legislação, modelos e práticas de gestão (IGAM, 2020).

Essa necessidade de capacitação é prevista também no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas.

Nesse contexto e mediante o desafio de promover ações de capacitações contínuas, para os diferentes entes do SERGH, o Igam desenvolveu e elaborou o Programa Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos – Integração de Saberes -, seguindo as Diretrizes do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão), da Agência Nacional de Águas (ANA).

O Programa Integração de Saberes busca consolidar um espaço de compartilhamento de informações e conhecimentos na área, contribuindo, assim, para o fortalecimento da gestão dos recursos hídricos

no Estado, com a participação de todos. O Programa propõe a capacitação em rede, baseada na troca de conhecimento, com a identificação de parceiros e o estabelecimento de ações planejadas e organizadas, unindo esforços e sinergia pela gestão das águas (IGAM, 2020). Entre o público alvo dessas ações, estão os representantes de conselhos de recursos hídricos, no qual incluem os Comitês de Bacias.

Assim, esse documento contempla o Plano de Capacitação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri (MU1), alinhado ao Programa Integração dos Saberes, visando atender as necessidades de capacitação do respectivo Comitê e atender as metas de capacitação pactuadas no Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias (Procomitês), meta II.2. O plano refere-se aos ciclos (anos) de 2021 a 2024.

Essa meta de capacitação do Procomitês tem o objetivo de promover ações de capacitação em favor do aperfeiçoamento da representatividade e do exercício da representação, tendo como alvo os membros dos comitês de bacias hidrográficas e dos conselhos de recursos hídricos, enfatizando aspectos como a redução das assimetrias de conhecimento, motivação e organização entre os diferentes setores e segmentos.

## **6. ESTRATÉGIAS PARA REALIZAÇÃO DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO**

Os Cursos de Capacitação poderão ser realizados de maneira presencial, semipresencial ou a distância. Poderão contemplar participação em congressos, seminários e palestras.

Para os cursos EAD é oportuno utilizar as plataformas disponíveis, como o Portal Trilhas do Saber (SISEMA) que disponibiliza cursos no formato à distância de livre acesso a todos os cidadãos, empreendedores e demais agentes que colaboram com a gestão ambiental no Estado.

Outra plataforma importante para capacitação é o “Portal da Capacitação para a Gestão das Águas da Agência Nacional de Águas (ANA)”. Conforme

descrito no Portal, é um espaço para interagir com as pessoas interessadas em participar de ações de capacitação voltadas à gestão das águas no Brasil, que hoje é feita de forma compartilhada entre instituições públicas e privadas, e instâncias de participação social.

## **7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

Conforme previsto no Programa Integração dos Saberes, para fins de monitoramento das ações de capacitação propostas neste programa, o Igam fará a coleta e a sistematização de informações de maneira contínua, tendo como base o padrão de planilhas utilizadas no banco de dados da ANA, que serão utilizadas pela Agência também para comprovação de execução da programação anual da Meta 1.2 – Capacitação em Recursos Hídricos do Progestão e da Meta II.3 – Implementação e Monitoramento do Plano de Capacitação do Procomitês.

O Comitê do Rio Mucuri (MU1) deverá enviar também ao Igam as informações sobre a participação por parte dos conselheiros em cursos que não tenham sido promovidos pelo órgão gestor.

O Plano poderá ser revisto e/ou atualizado a cada ciclo de implementação.

<b>PLANO / PROGRAMAÇÃO</b>						
<b>Título da Atividade / Curso / Evento</b>	<b>Atividade/Estratégias de implementação</b>	<b>Público-alvo</b>	<b>Quando</b>			
			<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
Instrumento de Gestão - Plano e Enquadramento	EAD/Trilhas do Saber	Conselheiros de CBHs	x	x		
Instrumento de Gestão - Cobrança	EAD/Trilhas do Saber	Conselheiros de CBHs		x	x	
Instrumento de Gestão - Outorga	EAD/Trilhas do Saber	Conselheiros de CBHs	x	x	x	x
Curso Introdutório para os Conselheiros de Comitês de Bacia	EAD/Trilhas do Saber	Conselheiros de CBHs		x	x	x
Regimento Interno e boas práticas	EAD/Trilhas do Saber	Diretoria dos CBHs		x		x
Gestão de conflitos - Membros CBHs	Oficina	Conselheiros de CBHs			x	
Intercâmbio de experiências com os Comitês do São Mateus, Pardo e Jequitinhonha	Reunião presencial e visita de campo	Diretoria do CBH	x	x	x	x